



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0001232-42.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **EMILIO DADA NETO, CPF 005.224.808-96 - Desacompanhado de Advogado**
 Requerido: **MARCELO LUIZ BOIANE, CPF 131.121.768-12 - Advogado (a) Dr(a). Lillia Maria Formigoni Melosi**

Aos 16 de junho de 2016, às 16:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do réu, Srs. David e Cláudio. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Pela ilustre procuradora da parte requerida a dispensa da oitiva da testemunha Cláudio, o que foi homologada pelo Juiz. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos. Alegou o autor que na ocasião em pauta dirigia seu automóvel pela Rua Bahia e no cruzamento com a Rua Marigo efetuou conversão à direita para nesta ingressar. Acrescentou que transitou por cerca de 10 metros e que então iniciou manobra de marcha à ré para estacionar o veículo, mas nesse momento foi atingido em sua parte traseira por outro automóvel conduzido pelo réu. Já o réu salientou que realmente ingressou na Rua Marigo proveniente da Rua Bahia, mas ao fazê-lo foi surpreendido pelo automóvel do autor que estava em marcha à ré, não tendo condições de evitar o embate com o mesmo. A explicação do autor não contou com o respaldo de um indício sequer. Neste sentido, nenhum dado de convicção foi produzido pelo autor para levar à ideia de que a dinâmica fática do episódio fosse a descrita a fls. 01. Em contrapartida, a testemunha Deivid Pontelli Barili prestigiou a descrição feita pelo réu na peça de resistência. Informou que estava na frente de um estabelecimento situado na esquina das aludidas vias públicas, quando viu que o réu ingressou na Rua Marigo e nela andou por 3 ou 4 metros até ser colhido pelo automóvel conduzido pelo autor, o qual se encontrava em marcha à ré. Assim posta a questão debatida, entendo que não há lastro suficiente para o acolhimento da pretensão do autor. Isso porque não há provas de que ele estivesse em manobra de estacionamento quando efetuava marcha à ré de seu veículo. Independentemente disso, é certo que o embate aconteceu muito próximo do cruzamento da Rua Marigo com a Rua Bahia, de modo que incumbia ao autor obrar com cautela redobrada ao encetar a marcha à ré precisamente para evitar que com isso surpreendesse os motoristas provenientes da Rua Bahia, como era o caso do autor. Assim, não vislumbro a partir da prova produzida base suficientemente sólida para levar à ideia de que o réu teria sido o causador do acidente. Alia-se a isso a falta de respaldo mínimo a propósito do valor pleiteado pelo autor para ressarcimento dos danos materiais que teria suportado. Isto posto, **JULGO***



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

***IMPROCEDENTE** a presente ação, mas deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Requerido:

Adv. Requerido: Lillia Maria Formigoni Melosi

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA